



AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS

MUNICÍPIO DE TORRES

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 292/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9254-A/2020

EVENTUAL LIVE MARKETING DIRETO EIRELI, CNPJ: 04.433.214/0001-02, Optante pelo SIMPLES? Não, Inscrição Municipal: 73823, Endereço: AV MARECHAL DEODORO, 2301A, GOIABEIRAS 78.032-050 Cuiabá, Estado do Mato Grosso, através de sua procuradora, vem apresentar **IMPUGNAÇÃO** frente ao edital já referenciado, pelos motivos de fato e direitos.

AV MARECHAL DEODORO, 2301A, GOIABEIRAS 78.032-050 Cuiabá, Estado do Mato Grosso 1
Fone: 3322-1664 - Email: eventual@eventualpromocoos.com.br
www.eventualpromocoos.com.br

I – DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada que vem assim redacionada:

“d.2) Certidão de Registro na entidade competente CREA/CAU, do responsável técnico da empresa licitante, comprovando o mesmo fazer parte do quadro da empresa, sendo este profissional (is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA/CAU), detentor(es) de Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica – ART (‘s), acompanhada (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a prestação de serviço com características compatíveis com a do objeto deste certame;

- O(s) nome(s) do(s) profissional (is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente CREA/CAU deverá(ão) constar na(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica e no(s) respectivo(s) CAT(s);
- A comprovação do vínculo empregatício do profissional com a licitante poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou Ficha de Registro de Empregado ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e, Arquitetura (CREA) ou no Conselho regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), se nela constar o nome do profissional.”

Sucedem que, tais exigências são absolutamente abusivas, pois diminuem o caráter competitivo do certame.

II – DA ILEGALIDADE

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou

frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Ora, na medida que o indigitado item do Edital está a exigir que tenha como documento de qualificação técnica a apresentação de profissional (is) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA/CAU), detentor(es) de Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica – ART (‘s), acompanhada (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a prestação de serviço com características compatíveis com a do objeto deste certame, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Nota-se que a Administração poderá demandar dos licitantes apenas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações conforme disciplinado no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

Nessa linha, harmonizando-se com o disposto na Constituição Federal, a Lei nº 8.666/93 rejeita qualquer preferência ou distinção impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ou seja, o que não importa à execução deste não pode ser tido como de interesse público, configurando-se, ao contrário, em discriminação que viola o princípio da igualdade.

No caso específico das licitações, a norma constitucional condescende em que a Administração dirija aos licitantes exigências tão-só indispensáveis a garantir o cumprimento das obrigações.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente o princípio da MOTIVAÇÃO, visto que, para ampliação ou restrição de empresas interessadas em participar do certame, deve ser obrigatoriamente motivada. Conforme assevera Celso Antonio Bandeira de Mello:

“6 °Princípio da motivação:

17. Dito princípio implica a Administração o dever de justificar seus atos, apontando- lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os

AV MARECHAL DEODORO , 2301A, GOIABEIRAS 78.032-050 Cuiaba, Estado do Mato Grosso 3

Fone: 3322-1664 - Email: eventual@eventualpromocoes.com.br

www.eventualpromocoes.com.br

eventos e situações que se deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este ultimo esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo.” (in curso de Direito Administrativo ,29º ed., pag 115)

Conclui-se que, a clausula do edital que aqui está sendo discutida, fere preceitos básicos do direito administrativo, ainda, descumpre com a legislação no momento em que exclui possíveis concorrentes, e por fim, é completamente desamparado dos princípios da licitação pública e o objetivo principal que é o interesse público.

Portanto, não há como manter a referida clausula e buscar a proposta mais vantajosa ao mesmo tempo, é algo impossível de se cumprir em sua totalidade.

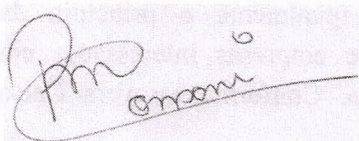
III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO, recebida, apreciada e julgada procedente, com efeito para: **que seja excluída a exigência contida no item 4.6.1”d.2” e seguintes**, a fim que não seja restringido a participação no certame, possibilitando assim a manutenção da lisura e legalidade do mesmo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Cuiabá, 04 de janeiro de 2021



Priscila Consani das Mercês Oliveira

Procuradora

OAB/MT 18569-B

AV MARECHAL DEODORO , 2301A, GOIABEIRAS 78.032-050 Cuiaba, Estado do Mato Grosso 4

Fone: 3322-1664 - Email: eventual@eventualpromocoes.com.br

www.eventualpromocoes.com.br



**PREFEITURA DE
TORRES**

Estado do Rio Grande do Sul
Poder Executivo do Município de Torres
Secretaria Municipal da Fazenda

Memorando nº 002/2021

Torres, 05 de janeiro de 2021.

De: Diretoria de Compras e Licitações – SMF;
Para: Procuradoria Geral do Município

Vimos encaminhar o processo de licitação de Pregão Eletrônico 292/2020(Protocolo 9254-A/2020), **LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO (MONTAGEM, DESMONTAGEM E OPERAÇÃO) PARA ATENDER OS EVENTOS NO MUNICÍPIO DE TORRES/RS**, solicitando parecer quanto a impugnação apresentada pela empresa **EVENTUAL LIVE MARKETING DIRETO EIRELI**.

Anexo ao processo temos um e-mail encaminhado pela empresa **SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA** solicitando retificação do edital também quanto a Qualificação Técnica.

Atenciosamente,

Elaine Santos da Rosa
Diretoria de Compra e Licitações

Elaine Santos da Rosa
Cargo Comissionado
Matricula 8455
Prefeitura Municipal de Torres - RS

Sistos,

opino pelo reembolso da
empregação por tempestiva.

No mérito, opino pelo
seu indeferimento uma vez
que as exigências técnicas
estabelecidas no edital decorrem
da lei 8666/93 sendo
estes necessários ao serviço
pretendido pelo Município.

Sous, 06/01/2021.

André